



MÉXICO E SUA QUARTA TRANSFORMAÇÃO



Dossiê nº 92
Instituto Tricontinental de Pesquisa Social
Setembro 2025

As obras que ilustram este dossiê pertencem à série *Los Nadies*, uma intervenção gráfica mural realizada pelo Coletivo Subterrâneos em Oaxaca, México. Fundado em 2021 para democratizar a arte como ferramenta de transformação social, o coletivo se nutre da tradição gráfica mexicana – o Taller de Gráfica Popular (TGP) e o muralismo mexicano – e também do Movimento Magisterial Popular de Oaxaca (2006). Inspirada no poema de Eduardo Galeano, a série *Los Nadies*, composta por gravações e murais, visibiliza povos originários e mestiços esquecidos, tanto na colônia como no capitalismo moderno. Através da arte, expõe as dívidas históricas com as pessoas marginalizadas e amplifica as vozes que exigem justiça em um México em transformação.

MÉXICO E SUA QUARTA TRANSFORMAÇÃO



Dossiê nº 92 | Instituto Tricontinental de Pesquisa Social
Setembro de 2025



Introdução

É 24 de abril de 2005 e, nas ruas da Cidade do México, se vive um acontecimento ao mesmo tempo previsível e inédito. O centro histórico e sua emblemática praça nacional, o Zócalo, não são estranhos a protestos, com as massas organizando manifestações que marcham, ocupam, se posicionam e nunca se calam. Dessa vez, se cozinha nas ruas da capital um caldo de indignação, cansaço, otimismo e teimosia, que culminará – 13 anos depois – no primeiro governo de esquerda no México em quase 100 anos, o que ficaria conhecido como a Quarta Transformação. Mais de um milhão de mexicanos e mexicanas resistem ao “desafuero” de Andrés Manuel López Obrador (AMLO), por meio do qual se buscava inviabilizar sua candidatura à presidência do México.¹ A estratégia articulada por Vicente Fox, o presidente do país, esboça uma fraude maciça contra alguém que parece ser uma ameaça real à alternância entre o Partido Revolucionário Institucional (PRI) e o Partido da Ação Nacional (PAN). Fraude eleitoral não é novidade. Uma delas ocorreu em 1988, quando Cuauhtémoc Cárdenas Solorzano, companheiro de partido de AMLO e membro do extinto Partido Revolucionário Democrático (PRD), não foi declarado presidente apesar de ter vencido nas urnas.

1 López Obrador, então prefeito da Cidade do México, teve sua imunidade cassada pelo Congresso mexicano em resposta a uma acusação do Ministério Público. A acusação era de que ele havia descumprido uma ordem judicial para interromper a construção de uma estrada em um terreno que havia sido desapropriado por administrações municipais anteriores. O governo Fox sabia que, mesmo se fosse absolvido, López Obrador não poderia concorrer à presidência nas eleições de 2006 enquanto o processo judicial continuasse, o qual, como previsto, foi prolongado. López Obrador foi impedido de concorrer.

Diante da possibilidade do impedimento de AMLO, os militantes obradoristas decidiram não abaixar a cabeça; tomaram o centro da cidade, mostrando que havia uma base social disposta a construir uma alternativa ao regime que começava a se consolidar como “Prian”.² Assim começou um novo capítulo na história mexicana, uma história de lutas e conquistas, de repressões e retrocessos, de rebeliões e revoluções, de traições e derrotas, e de transformações inegáveis que não são lineares, mas atravessam o tempo em idas e vindas, como toda evolução.

Este dossiê, *México e sua Quarta Transformação*, analisa este capítulo: as mudanças desde a chegada do Movimento de Regeneração Nacional (Morena) ao governo, colocando-os – para aprofundar sua compreensão – no contexto dos processos de democratização do país desde a sua independência. A pesquisa foi conduzida por Stephanie Weatherbee, da Assembleia Internacional dos Povos, e por Alina Duarte, jornalista e coordenadora de Formação Internacional do Instituto Nacional de Formação Política do Morena.



2 López Obrador introduziu no debate político o termo “Prian”, que representa a união e a cumplicidade entre os partidos PRI e PAN, como uma crítica à falsa democracia e à alternância que se construiu entre ambos os partidos após o governo de Vicente Fox (2000-2006).



As três transformações que precedem a quarta

No decorrer de dois séculos como uma república nascida da violenta colonização espanhola, o México percorreu uma longa e impetuosa jornada em busca de soberania, justiça social e desenvolvimento. O Morena concebe essa história como uma história de transformações subsequentes, incluindo a Guerra da Independência (1810-1821), a Guerra da Reforma (1858-1861) e a Revolução Mexicana (1910-1917). Assim, seu projeto nacional é identificado como uma Quarta Transformação, “a 4T”.

Guerra da Independência (1810-1821)

A colonização do território mexicano foi um processo brutal que atacou uma população multiétnica com uma história milenar. Olmecas, zapotecas, maias, náuatles e outros povos viveram em todo o território atual, sobrevivendo até hoje em muitos deles (Escalante Gonzalbo, 2008).

A grandiosidade da civilização pré-hispânica foi referenciada pelos crioulos espanhóis durante a era da independência como uma reação à dominação dos espanhóis peninsulares. Esse mito coletivo sobre a “grandiosidade mexicana” (Gonzalez Casanova, 1981, p. 21-98) foi importante na Guerra da Independência e, de alguma forma, persiste até hoje.

A luta pela independência mexicana foi uma guerra de massas, liderada por centenas de milhares de soldados, principalmente camponeses e indígenas. Inicialmente liderada pelo padre Miguel Hidalgo, que precisou apenas da imagem da Virgem de Guadalupe para convocar o povo à insurreição, evocando uma luta de proporções que transcendiam o âmbito material e correspondiam a uma reorganização social e política de um povo que, segundo ele, estava destinado a viver em liberdade. No ideal mexicano, o Padre Hidalgo foi cano- nizado como uma figura heroica que deu os primeiros passos em direção à formação da nação, como uma espécie de “pai” político de um povo rebelde e sedento de liberdade. Essa mitologia e a concepção do México como um povo incansável com ancestrais grandiosos estão presentes nos processos subsequentes de transformação e na cultura política do país.

Guerra da Reforma (1858-1861)

O prolongado conflito entre forças liberais e conservadoras, com visões nacionais opostas, culminou na Guerra da Reforma. Esse confronto representou uma luta entre um modelo centralista e monárquico, apoiado pelos conservadores, e um Estado liberal e federalista, promovido pelos liberais. Nesse contexto, os liberais buscavam enfraquecer o poder político e econômico do clero, cujos privilégios também eram cobiçados pela burguesia emergente.

Antes e durante esse período, o México foi palco de diversas invasões estrangeiras que colocaram em risco a sua soberania: a invasão dos Estados Unidos, em 1846, que resultou na perda de mais da

metade do território nacional, e as da França, primeiro em 1838-1839 e novamente entre 1861 e 1867. Essas ameaças consolidaram uma resistência nacionalista na qual o povo lutou fervorosamente para defender a soberania e a pátria.

A Guerra da Reforma foi, sem dúvida, um dos processos históricos que mais contribuíram para o desenvolvimento da consciência nacional. A vitória das forças republicanas lideradas por Benito Juárez e Sebastián Lerdo de Tejada sobre a intervenção francesa foi um marco na história mexicana. A execução do Imperador Maximiliano no Cerro de las Campanas simbolizou de forma inequívoca a decisão do país de se tornar uma nação soberana e antimonárquica.

A vitória liberal não apenas consolidou a independência em relação às potências estrangeiras, mas também permitiu uma série de reformas que transferiram o poder da Igreja. Essas transformações abriram caminho para o surgimento de uma oligarquia burguesa, capaz de impulsionar a modernização e a industrialização do país.

Revolução Mexicana (1910-1917)

A Revolução Mexicana foi o processo de transformação social com a maior participação popular da história do país, marcado pela liderança e proeminência dos setores camponês e indígena. O Exército de Libertação do Sul, liderado por Emiliano Zapata, e a Divisão do Norte, comandada por Pancho Villa, constituíram as forças populares fundamentais da Revolução. Sua unidade foi simbolicamente representada pela entrada triunfal na Cidade do México em 1914.

Inspirados pelo Plano de Ayala, esses líderes revolucionários promoveram um projeto nacional alternativo, profundamente popular e transformador.³ O campesinato indígena do sudeste e os fazendeiros do norte personificaram essa visão, que continua sendo um modelo e inspiração para vários movimentos sociais no México hoje.

O papel dos Estados Unidos foi decisivo na definição do curso da Revolução. A intervenção estadunidense, que incluiu a ocupação do porto de Veracruz em abril de 1914 e o fornecimento de armas e munições aos apoiadores de Venustiano Carranza, um líder menos radical, foi fundamental para deter e, por fim, derrotar o projeto popular liderado por Zapata e Villa. O apoio do presidente estadunidense Woodrow Wilson a Venustiano Carranza foi consolidado com o seu reconhecimento oficial, o que contribuiu decisivamente para a aniquilação das forças populares revolucionárias (Pineda Gómez, 2013).

A construção política que emergiu da Revolução seria a mais complexa e influente do México moderno, e é precisamente esse legado que o projeto político contemporâneo do Morena acabará por confrontar. Apesar da derrota do projeto revolucionário popular, a Revolução deixou uma marca profunda: gerou consciência social, autoestima e confiança popular que não podiam mais ser ignoradas.

3 Este plano, promulgado por Emiliano Zapata em 1911, estabeleceu a distribuição de terras ao povo e a expropriação de grandes propriedades como reivindicações fundamentais da Revolução, sem as quais não haveria conciliação entre o povo revoltoso. O Plano de Ayala transformou uma revolução política proposta por Francisco I. Madero em uma revolução social (Salmerón, 2014; Pineda Gómez, 2013).

As forças conservadoras foram obrigadas a pactuar com essas novas realidades.

Por isso, a Constituição de 1917 incluiu muitas das reivindicações do campesinato e dos operários, embora seu cumprimento por parte das elites dominantes tenha sido historicamente limitado. Para manter o poder em um país radicalizado e ainda armado, presidentes como Venustiano Carranza (1917-1920) e Álvaro Obregón (1920-1924) recorreram a um sistema de caudilhos revolucionários: chefes de militares que herdaram cargos políticos em troca de lealdade ao “Chefe Máximo” da vez. Esse sistema, que representava os interesses da burguesia sobrevivente da Revolução e dos antigos latifundiários, sobreviveu de diversas formas até os dias atuais.

A Quarta Transformação, promovida pelo Morena, é concebida como uma continuação desses três processos que formaram a base do que é hoje o México. O legado de cada um desses processos está presente no chamado “humanismo mexicano”, que integra a antiga cultura indígena do país e suas lutas históricas. Por um lado, reivindica os valores dos povos originários, incorporando um espírito libertário e comunitário, oposto à propriedade privada colonial. Além de reconhecer a importância das culturas indígenas e respeitar seus costumes, o humanismo mexicano reivindica os direitos das comunidades indígenas como sujeitos políticos. Por outro lado, inspira-se em figuras-chave como o Padre Hidalgo, José María Morelos, Benito Juárez, Emiliano Zapata, Pancho Villa, Francisco I. Madero e Lázaro Cárdenas, que personificam valores como justiça social, democracia e soberania (López Obrador, 2024). O 4T buscou enraizar esses princípios em um projeto transformador que revitalize

a identidade nacional e construa um novo bloco de poder inclusivo, profundamente conectado ao povo mexicano e à sua história. A concepção do 4T não busca apenas legitimar a proposta do Morena, mas também diferenciá-la do PRI e de outras propostas da esquerda ideológica do país.

A revolução traída

Após o fim da Revolução, em 1917, as forças governantes tiveram que enfrentar sem descanso nem trégua um povo radicalizado, organizado e, em alguns casos, armado, que não esquecia o que havia almejado e construído durante dez anos de revolução.

As lutas dos trabalhadores, camponeses e inquilinos fizeram parte de um esforço incansável para continuar a luta contra a traição da Revolução durante os governos de Venustiano Carranza (1917-1920), Alvaro Obregón (1920-1924), Plutarco E. Calles (1924-1928) e o Maximato (1928-1934).⁴ Assim, o inesgotável movimento camponês, operário e urbano veria os frutos de sua persistência na vitória de seu candidato presidencial, Lázaro Cárdenas, em 1934.

4 O período do Máximo é conhecido como “Maximato”, nome que deriva do “Líder Máximo da Revolução”, como era conhecido Plutarco E. Calles, o político e militar mais influente da época. Os presidentes Emilio Portes Gil, Pascual Ortiz Rubio e Abelardo Rodríguez foram presidentes durante esse período.



Cardenismo

Caudilho revolucionário do estado de Michoacán, Lázaro Cárdenas estabeleceu o primeiro governo de esquerda da história mexicana. O cardenismo, de caráter antilatifundiário, anti-imperialista e operário, instituiu as maiores reformas populares da história do país: reforma agrária, expropriação do petróleo, Estado de bem-estar e educação que visava um projeto nacional (Benítez, 2023).

A reforma agrária levada a cabo entre 1935 e 1937, apesar de ter eliminado as grandes propriedades e introduzido os *ejidos*⁵ – unidades coletivas de produção agrícola familiar –, não conseguiu eliminar o poder político do latifúndio, nem gerou as estruturas econômicas para garantir a sobrevivência econômica e produtiva do *ejido* (Bartra, 2019). Apesar dessas limitações, a política agrária de Cárdenas contribuiu inegavelmente para a retirada da paisagem rural do atraso e da marginalização impostos pelo período colonial e pelo latifúndio. Além de se realizar a distribuição das terras mais produtivas do país, ampliou-se o acesso à educação, à saúde e à cultura no campo.

Uma longa e aguerrida luta dos sindicatos petrolíferos contra o capital estrangeiro foi o impulso que criou as condições para a expropriação da indústria petrolífera. A greve de 1935 e a greve geral de 1937 chegaram à Suprema Corte, que decidiu a favor das reivindicações salariais dos operários. Diante desse enfrentamento – agora não apenas contra o sindicalismo, mas também contra um Estado de caráter

5 O *ejido*, estabelecido após a Revolução Mexicana, é uma forma de propriedade comunal na qual os *ejidatarios* têm o direito ao uso e usufruto da terra.

popular –, as empresas estrangeiras organizaram uma campanha de pressão e descrédito contra o governo Cárdenas. Convencido do comportamento desleal das empresas, ele anunciou em 1938 que o Estado não tinha escolha a não ser expropriar a indústria petrolífera para o bem do país (Benítez, 2023).

O cardenismo foi, portanto, uma ratificação das lutas e do projeto nacional que pareciam ter sido derrotados após a Revolução. Implementou uma política econômica desenvolvimentista e redistributiva que fomentou o crescimento baseado na expansão do mercado interno, modelo que os governos subsequentes mantiveram até a onda neoliberal. Em matéria política, porém, Cárdenas introduziu formas de organização do Estado, de exercício do poder e de incorporação de organizações de base ao arcabouço institucional, levando à construção do PRI. No campo, a reforma agrária foi institucionalizada, e o esforço para fortalecer politicamente o *ejido* criou organizações como a Confederação Nacional Camponesa, que dependia do Estado, minando a ação política independente do campesinato (Bartra, 2019).

Após o governo Cárdenas, tanto os compromissos forjados durante a Revolução quanto os avanços do cardenismo foram traídos. A rejeição da direita ao cardenismo foi consolidada pelos presidentes Manuel Ávila Camacho (1940-1946) e Miguel Alemán (1946-1952), que fundaram um projeto autoritário com o PRI, enterrando o horizonte socialista e reprimindo os movimentos sociais. A violência contra sindicalistas e camponeses, como o assassinato de Rubén Jaramillo em 1962 e o massacre de Tlatelolco em 1968, revelou a natureza repressiva do regime. Enquanto isso, a esquerda do partido não conseguiu

construir uma alternativa sólida ao PRI: o Partido Socialista Popular (PPS) foi cooptado, e o Partido Comunista Mexicano (PCM) permaneceu marginalizado (Taibo, 2019). Essa ausência contribuiu para o fechamento democrático, enquanto o PAN se tornou uma oposição dócil.

Após a repressão da “Guerra Suja”,⁶ setores de esquerda abandonaram a via armada e optaram pela via eleitoral. Em 1988, após a fraude que impôs Carlos Salinas como presidente, nasceu a Frente Nacional Democrática, liderada por Cuauhtémoc Cárdenas. Em 1989, o Partido da Revolução Democrática (PRD) foi fundado como uma alternativa de esquerda, com o apoio de movimentos como o Comitê de Estudantes Universitários (CEU) da Universidade Nacional Autônoma do México (Unam) (Cedujo-Ramos, 2022). No entanto, o PRD não conseguiu consolidar a unidade interna: suas múltiplas correntes e práticas clientelistas o enfraqueceram (Torres-Ruiz, 2021). Assim, perdeu sua direção política e se tornou uma força eleitoral, replicando os vícios do PRI, o que contribuiu para o seu declínio e o surgimento do Morena.

6 Conjunto de medidas de repressão militar e política destinadas a dissolver movimentos de oposição política e grupos guerrilheiros que atuavam contra o Estado mexicano (Mendoza, 2011).

O Movimento Nacional de Regeneração (Morena) e o 4T

Entre 1989 e 2018, as lutas contra o neoliberalismo e pela democratização abundaram em todo o país. Houve o levante zapatista (1994); a mobilização de El Barzón contra o plano de resgate financeiro de 12 bancos privados que constituíam o Fundo de Proteção da Poupança Bancária (FOBAPROA); a resistência ao projeto neoliberal no Ensino Superior que desencadeou o Conselho Geral de Greve (CGH) na Unam, em 1999; a resistência contra um novo aeroporto pelos moradores de Atenco (2001-2006); a luta em defesa dos direitos trabalhistas dos professores, conforme estabelecido na reforma educacional realizada pela Associação Popular dos Povos de Oaxaca – APPO (2006); o movimento estudantil #YoSoy132 (2012); até o amplo movimento contra o desaparecimento de 43 alunos do Ensino Normal em Ayotzinapa (2014). De todos os movimentos de resistência gerados durante esse período, o zapatismo tornou-se, sem dúvida, uma referência nacional para a esquerda social, representando uma luta antissistêmica e anticapitalista que rejeitou a via eleitoral como estratégia de mudança.

Durante esse mesmo período, López Obrador se estabeleceu como uma figura política alternativa. Iniciou sua carreira política trabalhando com comunidades indígenas e enfrentando a exclusão social em seu estado natal, Tabasco. Sua passagem pelo PRI e pelo PRD o levou a se tornar prefeito da Cidade do México, consolidando sua posição como opositor do sistema. Seu *impeachment*, orquestrado pelo PRI e pelo PAN, o transformou em um símbolo de resistência

e, após a fraude de 2006, o Morena começou a ser construído de baixo para cima, com uma Convenção Nacional Democrática (Bartra, 2022). Apesar de não ter originado ou liderado as principais lutas sociais que caracterizaram a resistência ao neoliberalismo, López Obrador conseguiu canalizar o descontentamento e a indignação do povo para a construção de um novo instrumento eleitoral, o Movimento de Regeneração Nacional (Morena), que conquistou a presidência em 2018 com um projeto popular, plebeu e nacionalista.

A Quarta Transformação, nas palavras de Citlalli Hernández – atual Secretária de Assuntos da Mulher e ex-Secretária-Geral do Morena, a quem entrevistamos para este dossiê –, é um projeto que busca criar uma nova nação por meio da transformação das estruturas políticas e econômicas. Os seis anos e meio desse processo nos permitem identificar os pontos medulares da proposta transformadora que emerge das lutas que constroem o Morena: a desconstrução do neoliberalismo e a redemocratização do país. Ambas as dimensões do projeto de transformação sofrem de contradições, algumas decorrentes da composição heterogênea do Morena, outras da dificuldade natural de reverter rapidamente uma estrutura econômica e estatal consolidada ao longo de décadas.

Reverter, reformar ou enterrar o neoliberalismo

Na apresentação do Plano Nacional de Desenvolvimento (PND) 2019-2024, López Obrador, cujo mandato (2018-2024) inaugurou a Quarta Transformação (4T), declarou que o neoliberalismo havia sido definitivamente superado no México e não mais seria a política

econômica do país. A declaração foi, sem dúvida, uma aspiração, visto que, seis anos após esse momento, o país permanece atrelado a condições econômicas que reproduzem o neoliberalismo.

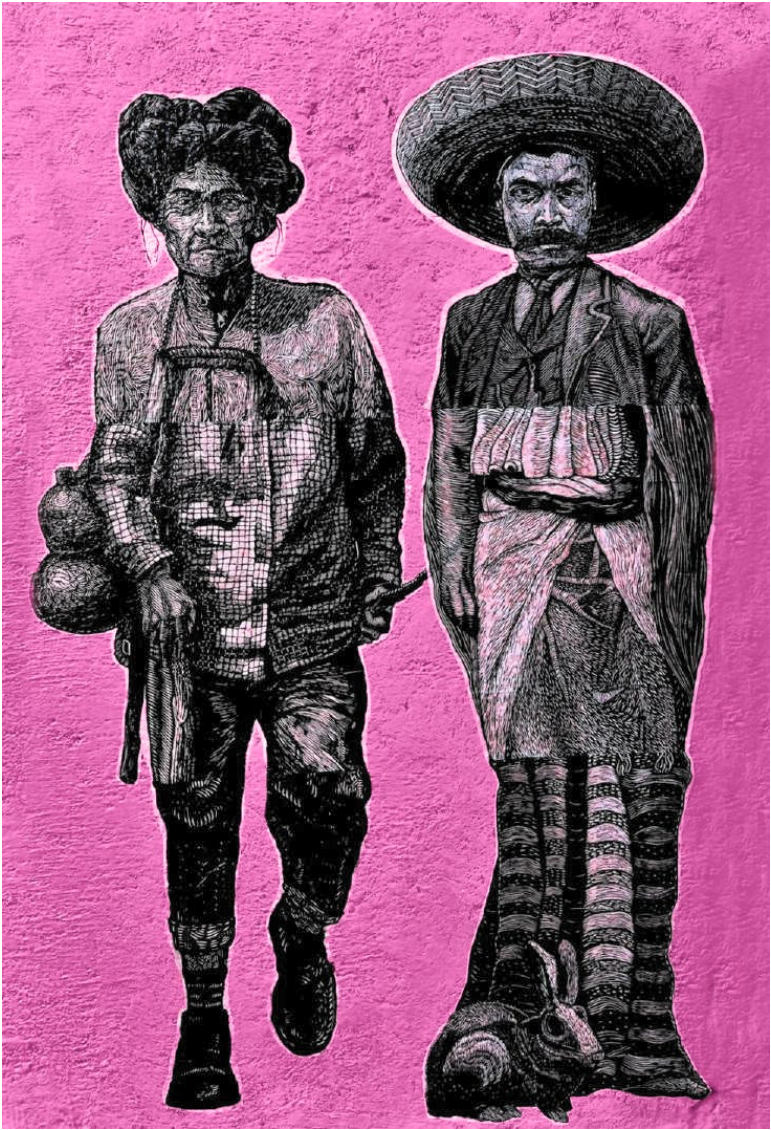
A política econômica mexicana anterior à presidência de Miguel de la Madrid (1982-1988) caracterizou-se por intensa e ampla participação estatal, um modelo de industrialização por substituição de importações (ISI) e um amplo portfólio de empresas estatais. A implementação de programas recomendados pelo FMI, Banco Mundial, Federal Reserve e Departamento do Tesouro dos Estados Unidos transformou drasticamente a política econômica nacional. O sistema financeiro foi quase completamente privatizado e o comércio exterior foi liberalizado, permitindo a entrada de investimentos estrangeiros. A economia concentrou-se quase exclusivamente no mercado externo, notadamente nos Estados Unidos (Tello, 2014).

A liberalização comercial iniciada em 1983 com a redução de tarifas foi seguida pela adesão ao Acordo Geral sobre Tarifas e Comércio (GATT, na sigla em inglês) em 1986 e culminou em 1993 com a aprovação do Acordo de Livre Comércio da América do Norte (Nafta, na sigla em inglês). A privatização agressiva de empresas públicas, uma reforma tributária regressiva e a disciplina fiscal por meio da redução dos gastos públicos destruíram o já enfraquecido pacto entre a classe trabalhadora e o capital que os governos pós-revolucionários haviam construído. Durante o mandato de Ernesto Zedillo (1994-2000), o desmantelamento da Suprema Corte de Justiça permitiu que reformas inconstitucionais avançassem sem o devido processo legal. O Pacto pelo México, assinado em 2012 durante o governo de Enrique Peña Nieto como um acordo nacional

unindo o PRI, o PAN e o PRD, representou o ápice de mais de três décadas de neoliberalismo no país. O Pacto pelo México promoveu a reforma energética que abriria o mercado de hidrocarbonetos para uma maior participação privada em 2013, e a reforma das telecomunicações do mesmo ano que criou órgãos reguladores estatais autônomos que favoreciam a iniciativa privada em detrimento do bem-estar público.

No discurso de Obrador, o neoliberalismo foi apresentado como um vasto esquema de corrupção e empobrecimento sistemático que beneficiou apenas uma pequena parcela da população. Embora essa visão possa simplificar algo mais complexo, ela se encaixa no imaginário popular que entende as reformas do período neoliberal como um abuso de poder pelas classes dominantes. Políticas neoliberais – como a venda de empresas estatais a preços baixos, o que favoreceu a criação de monopólios,⁷ o perdão de impostos que esvaziou os cofres públicos e a expansão da indústria maquiladora, que deu origem a um proletariado industrial empobrecido e voltado para o mercado externo – são vistos como medidas que beneficiaram de forma injusta e desproporcional aqueles com acesso ao poder. O discurso sobre corrupção, portanto, repercutiu fortemente na maioria da população, que entende o 4T como uma salvaguarda contra esses abusos, apesar da ausência de transformações substanciais na política econômica neoliberal.

7 A venda da empresa estatal de telecomunicações Telmex é o exemplo mais significativo. A empresa foi privatizada em 1990, e um plano tarifário regulado de cinco anos foi posteriormente aprovado, aumentando o valor da empresa. Até hoje, os preços dos serviços telefônicos no México são considerados altos devido ao monopólio criado.



Assim, a reversão do neoliberalismo tem sido entendida como sinônimo de combate à corrupção, e suas principais reformas constituem modificações – e não transformações – do Estado e da forma como arbitra as relações entre capital e trabalho, entre o empresariado nacional e estrangeiro e o povo mexicano. O fim do perdão às empresas, a cobrança de impostos sonegados, a nacionalização do lítio, o aumento significativo dos salários e a regulamentação da terceirização pela Lei Federal do Trabalho são exemplos dessa modificação do Estado.

Durante o segundo governo da 4T, o de Claudia Sheinbaum (2024-2030), a soberania energética foi fortalecida por meio da recuperação do controle estatal sobre os recursos estratégicos do país. A Petróleos Mexicanos (Pemex), após anos de negligência deliberada que facilitou sua abertura a interesses privados, foi reconstruída com investimento público. A produção de hidrocarbonetos e as reservas nacionais aumentaram, enquanto as exportações de petróleo bruto e as importações de gasolina, diesel e gás dos Estados Unidos foram reduzidas. A compra da refinaria de Deer Park, no Texas, em 2022, cujo investimento foi recuperado em apenas um ano, e a construção da nova refinaria de Olmeca, em Tabasco, marcaram uma mudança em direção à autossuficiência em combustível. Além disso, contratos foram renegociados para alinhar a extração ao consumo nacional, e a eficiência operacional da empresa foi aprimorada. Ao mesmo tempo, a Comissão Federal de Eletricidade (CFE) foi fortalecida com o apoio estatal, consolidando seu papel estratégico. A empresa aumentou sua receita, recuperou valor como patrimônio público e se posicionou como um pilar do sistema elétrico nacional.

A reforma energética, apresentada em janeiro de 2025 como parte do segundo conjunto de emendas à Quarta Transformação (4T), devolve ao Estado o papel de planejar o setor elétrico, essencial tanto para a valorização das empresas mexicanas quanto para garantir um desenvolvimento econômico inclusivo. Dentro da mesma reforma apresenta a eletricidade como elemento fundamental de uma vida digna, o que contribui para desconstruir, tanto jurídica quanto discursivamente, sua concepção como mera mercadoria (Romero, 2025). A reforma também estabelece constitucionalmente que todas as atividades realizadas por empresas públicas devem ter como objetivo a cobertura e o acesso, e não o lucro.

A possibilidade de implementar essas reformas exigia a superação do neoliberalismo no plano ideológico, que não deve ser subestimado ou minimizado. Uma parte essencial da luta contra o neoliberalismo envolve a denúncia da ideologia que vilipendia o Estado e a coletividade, enquanto diviniza o mercado. Nas palavras de Héctor Díaz Polanco, presidente do Morena na Cidade do México, que entrevistamos para este dossiê:

[No projeto do Morena havia] a construção de um novo senso comum que incluía fundamentalmente a desmistificação de tudo o que o neoliberalismo triunfante e vigente no país implicava; era a estrutura a ser derrotada, o que implicava uma visão muito clara de rejeição da ideia de que o mercado resolvia os problemas da sociedade. Para relembrar a ideia clássica de que o mercado poderia se autorregular, partimos da premissa de que o mercado não pode se autorregular e de todos os problemas que o país derivou dessa primeira ideia.

Embora se reconheça a importância das reformas implementadas, é necessário afirmar que o neoliberalismo não se resume à corrupção e não se limita à redução do papel do Estado na gestão econômica. Está também intimamente ligado à reorganização da produção para a exportação e, no caso mexicano, à integração econômica do país com os Estados Unidos e à consequente reprodução da relação de dependência.

Durante o primeiro governo da 4T, o de López Obrador, entrou em vigor o Tratado entre o México, os Estados Unidos e o Canadá (T-MEC), depois de ter sido renegociado pelo governo de Enrique Peña Nieto (2012-2018). O T-MEC, longe de reverter a dependência estabelecida pelo Nafta, a aprofundou. O acordo amplia os direitos de investimento para empresas estadunidenses, eliminando barreiras e proibindo medidas que favoreçam a produção nacional ou controlem fluxos especulativos de capital. Também garante tratamento preferencial para serviços financeiros estrangeiros e proíbe nacionalizações. Embora a soberania sobre os hidrocarbonetos tenha sido preservada,⁸ foram abertos mais de 100 contratos de extração durante a reforma energética de Peña Nieto, que contam com proteções. Esse tratado também liberaliza o mercado agrícola mexicano, aumentando as importações de transgênicos e limitando os subsídios para agricultores locais, consolidando a dependência alimentar do México, que já cobre 40% do seu consumo com exportações dos Estados Unidos (Calderón Salazar, 2022).

8 Essa garantia da soberania energética do país se deve à intervenção de López Obrador (Escobar, 2022).

Apesar de não ser responsável pela renegociação do tratado, o governo de AMLO lhe deu apoio político, demonstrando apoio ao seu conteúdo e às garantias oferecidas aos investidores, e apoiando o processo de ratificação no Congresso. O tratado manteve a lucratividade das empresas nacionais e estrangeiras,⁹ consolidou o privilégio do capital estrangeiro em vários setores,¹⁰ debilitou a soberania alimentar¹¹ e favoreceu a desapropriação territorial e a política extrativista enfrentada pelas comunidades rurais desde a ascensão do neoliberalismo.¹²

No caso do setor agrícola, os efeitos adversos do tratado foram mitigados pelos governos da 4T por meio de subsídios à produção para o mercado interno.¹³ Nesse sentido, vale destacar os programas

9 O economista Pierre Matari (2023, p. 147-148) afirma que a abordagem neoliberal da política econômica do país não foi significativamente modificada e que as reformas realizadas pelo 4T deixaram intocado o regime de acumulação centrado na exportação de bens e no investimento estrangeiro direto.

10 Especificamente, o tratado concede às empresas estrangeiras tratamento nacional ou tratamento de nação mais favorecida no setor de serviços financeiros e elimina a capacidade do governo mexicano de regular o fluxo de capital especulativo (Calderón Salazar, 2023).

11 Em 2023, o governo mexicano aprovou uma medida que proíbe o consumo de milho geneticamente modificado, em um esforço para mitigar os efeitos nocivos à saúde das importações de produtos agrícolas permitidas pelo USMCA (Jiménez e Sánchez Jiménez, 2023). Essa medida foi contestada por corporações transnacionais, que levaram o caso aos tribunais do USMCA, que decidiram contra o México e a favor da importação de milho geneticamente modificado (Alegría, 2024).

12 A Rede Mexicana de Afetados pela Mineração declarou na data de entrada em vigor do USMCA que o tratado deu continuidade ao marco regulatório e à política de mineração que permitiram a devastação de comunidades (Rema, 2020).

13 O Plano México apresentado pela presidente Claudia Sheinbaum prevê um investimento de 53,971 bilhões de pesos para pequenos e médios produtores de milho, feijão, arroz, cacau e mel (Governo do México – Presidência da República, 2025).

Colhendo Soberania e Produção para o Bem-Estar, lançados em 2025, que oferecem diversos tipos de apoio e serviços a pequenos e médios produtores (Governo do México, 2025). Esses programas se somam ao Semeando Vida, lançado pelo ex-presidente López Obrador, que buscava oferecer aos camponeses apoio financeiro e em espécie, de viveiros comunitários a biofábricas e centros de treinamento que, por sua vez, formavam comunidades camponesas de aprendizagem, a fim de fomentar um diálogo de conhecimento e promover iniciativas coletivas (Governo do México, 2019). Dessa forma, os preços de diversos produtos foram mantidos e, em alguns casos, reduzidos. Ao mesmo tempo, apesar de a desapropriação de terras ser um dos efeitos mais negativos dos acordos comerciais com os Estados Unidos, a Quarta Transformação restituiu terras. O exemplo de maior destaque nesse sentido é a devolução de 2.900 hectares ao povo Yaqui (Governo do México – INPI, 2021) como parte dos Planos de Justiça e Desenvolvimento Integral dos Povos e Comunidades Indígenas, que introduziram mecanismos que apoiam a tomada de decisões comunitárias, constituindo um processo de consulta que contempla uma participação popular que não existia em governos anteriores (Governo do México – INPI, 2025).

Para Armando Bartra, historiador e ativista do Morena, entrevistado para este dossiê, a fronteira de 3.142 km com os Estados Unidos é uma realidade incontornável e, no plano econômico, constitui uma vantagem comparativa que a 4T não poderia, nem deveria, desperdiçar, considerando que a primeira prioridade era entregar melhorias materiais imediatas para a população:

quando você chega ao poder na esquerda progressista e vem de um processo de neoliberalismo excludente e empobrecedor, você tem um mandato. O mandato é reduzir a pobreza. Eles não estão dizendo para você construir o socialismo, eles não estão dizendo para você romper com o capitalismo. Estão dizendo para você reduzir a pobreza, para recuperar a esperança. Queremos viver melhor, não pior, queremos que nossos filhos tenham uma vida melhor conosco, nós queremos isso, e, além disso, nós o elegemos para isso.

Para cumprir esse mandato, a 4T adotou uma política abrangente de: “Para o bem de todos, os pobres primeiro”, que segue a linha do progressismo recente na América Latina, definido por Bartra (2025) como “revoluções do bem-estar”, focadas na reconstrução do tecido social danificado pelo neoliberalismo.¹⁴ Até o momento, a 4T tirou 11 milhões de pessoas da pobreza (Banco Mundial, 2025), tanto por meio de programas sociais quanto por meio de um aumento de 241% no salário mínimo (Governo do México – Comissão Nacional de Salários Mínimos, 2025).

Para atender à necessidade primordial de eliminar a pobreza extrema, romper ou transformar as relações comerciais com os Estados Unidos seria inviável no curto prazo, visto que o México carece

14 As principais políticas redistributivas da 4T incluíram pensões assistenciais para pessoas com deficiência e idosos, um programa para filhos de mães trabalhadoras, entre outras (Secretaria de Bem-Estar Social). Juntos, os programas e políticas da 4T resultaram em uma redução da pobreza patrimonial de 48,8% em 2018 para 43,5% em 2022, em comparação com o aumento de 9,4 pontos percentuais durante o governo Felipe Calderón e a redução de 3,5 pontos percentuais durante os governos Calderón e Peña Nieto, respectivamente (Governo do México – Coneval, 2022).

de infraestrutura para implementar um modelo alternativo. Em entrevista, Bartra argumenta que os governos da Quarta Transformação devem agora priorizar a integração econômica com a América Latina, superando a relação de dependência com os Estados Unidos. No entanto, não há consenso dentro do Morena sobre essa reorientação. Epigmenio Ibarra, empresário e comunicador próximo à Quarta Transformação, também entrevistado, argumenta que a integração com os Estados Unidos não é apenas inevitável, mas essencial para o desenvolvimento do país.

Uma dimensão menos discutida, mas igualmente crucial, dos tratados econômicos com os Estados Unidos é a integração do México ao quadro de segurança dos EUA. O Nafta não apenas promoveu a cooperação econômica mas também lançou as bases para que o México participasse na produção industrial estadunidense de armas, alinhasse suas forças armadas ao Comando Norte e permitisse a operação de agências de segurança estadunidenses em seu território. Esse processo reforça um paradigma de segurança regional sob o controle e a direção dos Estados Unidos, expandindo sua influência para além do econômico, passando a ter alcance estratégico e militar (Sandoval Palacios, 2022). A assinatura da Aliança para a Segurança e a Prosperidade da América do Norte (Aspan, na sigla em espanhol), em 2005, impulsionou esse projeto de integração de

segurança, que ganhou forma material com a implementação da Iniciativa Mérida em 2008.¹⁵

A integração do México ao sistema de segurança dos Estados Unidos foi justificada como parte de uma estratégia de combate ao crime organizado, no âmbito de uma suposta “Guerra às Drogas” lançada pelo ex-presidente Felipe Calderón em 2006. Hoje, está comprovado que seu secretário de Segurança Pública fez um pacto com o crime organizado, envolvendo todo o aparato estatal e colocando as instituições a serviço de um cartel.¹⁶

Em vez de pacificar o território e reduzir a atividade criminosa, a guerra ao narcotráfico aumentou significativamente os índices de violência no país¹⁷ e militarizou o território nacional. Sobre essa realidade, Citlalli Hernández nos conta:

15 No âmbito da Iniciativa Mérida, o México recebeu bilhões de dólares em armas e treinamento militar. Em 2013, o México recebeu 154 milhões de dólares, enquanto a Colômbia recebeu 279 milhões no âmbito do Plano Colômbia. No caso do México, esses valores não se justificam apenas pelo apelo ao combate ao narcotráfico, mas também pela intenção de conter a migração ao longo da fronteira sul do país. Além disso, também por meio da Iniciativa Mérida e da Aspan, agentes da DEA, da CIA e do FBI operam em todo o território mexicano (Ceceña, 2014, p. 133).

16 O processo contra o ex-secretário de Segurança Pública, Genáro García Luna, por meio do Ministério Público de Nova York, o acusa de ter recebido milhões de dólares do cartel de Sinaloa como pagamento para facilitar o tráfico de cocaína para os Estados Unidos (Brooks, 2023). Em outubro de 2024, Luna foi condenado a 38 anos de prisão (Feuer, 2024).

17 Dados oficiais do governo relatam 367.402 pessoas desaparecidas entre 31 de dezembro de 1952 e 9 de julho de 2025, das quais 130.006 ainda não foram localizadas. O número de pessoas desaparecidas aumentou agressivamente a partir de 2007. Entre 1952 e 2006, a média anual de desaparecimentos foi de 70, enquanto desde 2007 a média anual tem sido de 17 mil desaparecimentos (Comissão Nacional de Busca, Secretaria do Governo).



As políticas econômicas neoliberais destroem o tecido social, mas também a violência que se instalou, como em vários países do nosso continente, é uma forma agressiva de desestruturação da sociedade. Esta é também uma forma de combater qualquer tipo de resistência, pois permeia a sociedade com um medo generalizado que paralisa qualquer processo. Vemos isso como algo que anda de mãos dadas com o projeto imperialista dos Estados Unidos.

O saldo da Quarta Transformação, em relação ao seu objetivo principal de superar o neoliberalismo e as desigualdades que provoca, é positivo, apesar das contradições remanescentes. Além do que foi alcançado em termos de reformas constitucionais, a batalha ideológica contra o neoliberalismo tem sido contundente e contínua, abrindo caminho para transformações maiores no futuro.

Regenerar e redemocratizar

Em relação à democratização, o projeto do Morena busca devolver o protagonismo político ao povo, superando a desconfiança em relação ao governo e à política, resultado do neoliberalismo. Essa orientação está ligada ao processo de construção do Morena, no qual a política de massas e a sua participação na construção do projeto sempre foram um destaque e um diferencial em relação ao PRD. Para o Morena, esse processo político busca gerar uma revolução de consciência, que Rafael Barajas, diretor do Instituto Nacional de

Formação Política do Morena, entrevistado por nós para este dossiê, descreve da seguinte forma:

Foi uma profunda revolução de consciências, um processo de transformação que chegou às bases e utilizou mecanismos de protesto e organização já descartados, como rodas de estudo, formação política e visitas de porta em porta. Permitiu superar um aparato de controle altamente eficaz. E permitiu fazê-lo pacificamente algo que parecia absolutamente impossível.

A 4T não abandonou a mobilização e a politização que a levaram ao poder, mas adotou uma abordagem de comunicação popular alinhada ao seu lema “os pobres primeiro”. Os discursos presidenciais matinais, inaugurados por López Obrador e continuados por Sheinbaum, intitulados *La mañanera*, não apenas enfrentam a oposição da mídia, mas também buscam integrar o público ao exercício do poder. Usando uma linguagem clara e cotidiana, relatam as ações do governo e incentivam o diálogo direto com os cidadãos.

Esse formato posicionou López Obrador como figura central no debate nacional, visto que as questões discutidas em *La mañanera* dominam a agenda pública. Assim, sua política de comunicação reforça sua proximidade com a população, projeta transparência e neutraliza a percepção de corrupção entre os políticos. Ao mesmo tempo, consolidam a hegemonia do projeto da 4T.

A transformação da consciência impulsionada pela 4T inclui o reconhecimento da desigualdade e se manifesta a partir dos pobres, do

povo e dos plebeus. Segundo Teresa Rodríguez de la Vega, professora universitária que também entrevistamos:

Em toda a reivindicação do plebeu, do popular, creio que a oligarquia vê uma ameaça... porque claro que é ameaçador, um processo de conscientização de classe em um país tão profundamente desigual como este abre portas para hipóteses revolucionárias com um impacto transformador muito além do que a 4T pode alcançar, muito além.

Se as ideias propostas do humanismo mexicano são ou não radicais, próprias da esquerda histórica do país, ou materializadas no programa da 4T, é um debate em aberto. O que parece muito mais evidente é que tem conseguido construir o consenso necessário para as vitórias eleitorais do Morena. Para Epigmenio Ibarra, esse consenso só é possível em um projeto que supere a divisão de classes da sociedade e permita que todos os setores da sociedade tenham acesso à construção de um novo país, como ele mesmo aponta na entrevista já mencionada:

O humanismo não reconhece a ideia da predominância de uma classe sobre outra. Reconhece – e este é o seu princípio básico – que, para o bem de todos, de todas as classes, os pobres vêm em primeiro lugar. Não fala da predominância de uma classe, mas da coexistência, da convivência de classes, com um reconhecimento essencial: os pobres vêm em primeiro.



A 4T como ampla frente hegemônica

A diversidade dentro do Morena é um fator inegável de seu sucesso, o que, ao mesmo tempo, ressalta a natureza abstrata e amorfa de seu projeto político ideológico. Desde a sua concepção, o Morena foi projetado como uma frente ampla, o que, para Epigmenio Ibarra, era a única estratégia possível para regenerar o país, visto que as antigas formulações de esquerda se mostraram obsoletas em um cenário que exigia a participação de todos os setores da sociedade.

Segundo Paco Ignacio Taibo II, escritor, ativista político e diretor do Fundo de Cultura Econômica, entrevistado para este dossiê, o Morena enfrenta uma contradição: sua abertura, necessária para ganhar força eleitoral, também permitiu a inclusão de ex-membros do PRI e de pessoas com diversas afinidades ideológicas no projeto de transformação, gerando tensões internas em sua estrutura política.

O Morena busca construir um projeto político com conotações de esquerda. No entanto, sua diversidade interna reflete um amplo espectro ideológico, em parte devido à filiação oportunista gerada pela consolidação de sua posição como força política dominante após a conquista do poder. Para Diana Fuentes, acadêmica entrevistada para este dossiê, isso não se deve tanto às fragilidades atuais do Morena, mas sim é um resultado da cultura política mexicana de mais de um século, marcada pelo corporativismo e pelo caudilhismo.

O México é um país onde o corporativismo, como mecanismo de jogo de poder, de geração de quadros políticos, é um fator fundamental no exercício da força... O que significa que, quando uma força política chega... Ela não vem sozinha. Não é apenas o indivíduo que chega, mas quantos traz? Quantos camponeses você traz? Quantos trabalhadores? Quantos? Em outras palavras, quantas forças políticas vêm com você?

A hegemonia que o Morena conseguiu construir é evidente nas margens brutais de vitória eleitoral, em sua capacidade de ditar o tom do debate político nacional, mas também na ausência de forças de direita de oposição significativa e de críticas ou contestações ao projeto pela esquerda (Modonesi, 2023). É um fato manifesto que a natureza massiva e triunfante da 4T acabou por subsumir outras referências de esquerda hoje em dia marginais em termos de força política e discursiva.

Héctor Díaz Polanco enfatiza que as virtudes dos movimentos sociais são necessárias para construir um processo da magnitude da 4T. Segundo ele, em entrevista, os movimentos sociais operam com “um processo de articulação democrática, participação e senso de pertencimento e com a força da profundidade social que também alimenta positivamente o partido político”.

Para Bartra, a ausência e a relativa fragilidade da esquerda social, dentro ou fora da base do Morena, comprometem a capacidade transformadora do projeto, uma vez que a proposta de ser um partido-movimento pressupõe a necessidade de luta social. Segundo ele,

Hoje somos um partido eleitoral e não somos um movimento, e acho que não seremos mais um movimento. Porque a composição do partido já mudou, porque hoje temos 10 milhões de membros, filiados, a maioria dos quais, 9 em cada 10, nunca tiveram uma participação orgânica na vida social, como havia há 7, 8 ou 9 anos, quando se fundou o partido.

Ainda de acordo com Bartra, isso se deve, em parte, à incapacidade dos movimentos sociais de transitar da oposição resistente à construção ativa de um governo de transformação: os movimentos continuam se comportando da mesma forma que se comportavam sob governos repressivos e neoliberais, no quais a capacidade de diálogo e construção colaborativa era inexistente. Para Diana Fuentes, na entrevista que nos concedeu, o próprio partido não desempenhou seu papel de unir a organização social que permitiria o fortalecimento do projeto por meio da ação dos sujeitos em luta. Ela observa:

é necessário que o governo crie mecanismos que possibilitem a participação política nesses outros estratos da vida que compõem a esfera social. E que, em vez de vê-la como uma ameaça... é onde poderiam ser geradas lideranças naturais, demandas sociais estratégicas e até mesmo, digamos, muito claramente definidas em certos setores da sociedade que eles vão alimentar os quadros políticos do Morena. Porque, na minha opinião, o problema do Morena agora na construção de sua base é que eles seguem a lógica de nutrir os quadros políticos do Estado, mas não pensam mais em ter líderes sociais que liderem lutas que emanam das tensões geradas pelo presente.

Conclusões

A eleição de Claudia Sheinbaum em 2024 e o desempenho bem-sucedido de sua administração até a publicação deste material desafiam a interpretação da 4T como um projeto exclusivo de Andrés Manuel López Obrador. Como afirma a entrevistada Teresa Rodríguez de la Vega, a intenção de estabelecer um regime que promova uma transformação em termos de reformas constitucionais e na forma como o poder é exercido é evidente e irreversível.

O segundo conjunto de transformações da 4T, conhecido como “segundo andar”, não está isento de enormes desafios. Segundo Rafael Barajas, na entrevista mencionada, o colapso da oposição partidária não significa que a 4T não tenha inimigos importantes.

O inimigo agora é o grande capital internacional, o governo dos Estados Unidos, a direita internacional, a Atlas Network – não é um inimigo pequeno... É um inimigo muito mais poderoso e perigoso. É um inimigo muito temível, especialmente porque é um sem freios éticos, sem visão humanista, é muito destrutivo e, é preciso dizer, é totalmente monstruoso.

Sem dúvida, estabelecer um relacionamento com os Estados Unidos de Trump em termos que reafirmem a soberania nacional é uma das principais prioridades do governo Sheinbaum. Eliminar a pobreza e a desigualdade é um projeto inacabado e, segundo Armando Bartra, exige novos conteúdos, pois não bastará fazer mais do mesmo; reformas de segunda geração que abordem a pobreza multidimensional também serão necessárias.

Nesse contexto, o papel do partido-movimento na proposição e promoção da próxima onda de transformações é indiscutível. Diana Fuentes enfatizou a importância de um processo de democratização interna do partido, permitindo que surjam espaços de debate e crítica ao governo, aprofundando assim a transformação e interrompendo a burocratização à qual todo regime é vulnerável.

Rafael Barajas acredita que os processos de assembleias populares, centrados no debate sobre o projeto nacional, são uma ferramenta essencial para enraizar a Quarta Transformação na base e tornar o povo protagonista e gestor do programa de governo. Em sua opinião, sem essa participação ativa e programática dos cidadãos na discussão e construção do projeto, corre-se o risco de o Morena se limitar a ser uma máquina eleitoral, repetindo o erro de vários processos progressistas na região, onde o povo foi relegado à governança, mobilizando-se apenas por apoio eleitoral.

Citlalli Hernández resume os desafios da seguinte forma:

Agora, as ameaças são outras e, nesse sentido, o desafio do Morena é evitar cair na burocracia, no institucionalismo pelo institucionalismo, na falta de crítica e autocritica. Não devemos cair no erro de pensar que nossa conquista já terminou. Talvez o mais difícil seja alcançar três coisas: exercer o poder, manter uma boa governança e continuar a conquistar o apoio do povo mexicano para este projeto.





Referências

Alegria, Alejandro. “EUA vencem painel de milho GM”. *O Dia*. Cidade do México: 2024. Disponível em: <https://www.jornada.com.mx/2024/12/21/economia/012n1eco>

Banco Mundial. “Plataforma Pobreza e Desigualdade”. Junho de 2025. Disponível em: <https://pip.worldbank.org/home>

Bartra, Armando. *Os novos berdeiros de Zapata: um século de resistência mexicana*. Cidade do México: Fundo de Cultura Econômica, INEHRM, 2019.

Bartra, Armando. “Por um Partido em Movimento”. *Consciência: Pensando sobre Transformação*. Cidade do México: Instituto Nacional de Formação Política, n. 2, jan-mar 2022, p. 12-16.

Bartra, Armando. “A esquerda mexicana na encruzilhada: da resistência à fraude eleitoral à Convenção Nacional Democrática”. *Observatório Social da América Latina (OBSAL)*, v. 7, n. 20, 2006, pp. 57-68. Disponível em: <https://www.aacademica.org/armando.bartra/64>

Benítez, Fernando. *Lázaro Cárdenas e a Revolução Mexicana III: Cardenismo*. Cidade do México: Fundo de Cultura Econômica, 2023.

Brooks, David. “García Luna, a chave para a ascensão do Cartel de Sinaloa: ‘O Grande’”. *O Dia*. Cidade do México, 2023.

Calderón Salazar, Jorge Alfonso. “Análise de alguns capítulos do USMCA: Aprofundando a subordinação da economia mexicana à dominação dos EUA”. Em: *Do NAFTA ao USMCA, 26 anos de livre comércio*. Buenos Aires: Clacso, 2023.

Ceceña, Ana Esther. “Dominação de espectro total sobre a América Latina”. *Revista de Estudos e Pesquisas sobre as Américas*. Brasília: Departamento de Estudos Latino-Americanos, Universidade de Brasília, v. 8, n. 2, 2014.

Cecena, Ana Esther; Rodriguez, Violet Nunez; Veiga, Joshua Garcia e Ramirez, Sandy. *Observações sobre a Declaração de Impacto Ambiental – Maya Train*. Observatório Latino-Americano de Geopolítica. Cidade do México: Universidade Nacional Autônoma do México, 2020. Disponível em: <https://geopolitica.iiec.unam.mx/sites/default/files/2020-07/OLAG%20%282020%29%20Observaciones%20MIA-R.pdf>

Cedujo Ramos, Denisse de Jesus. “Disputas pela Modernização: Estratégias e Argumentos do Conselho Estudantil Universitário Contra o Plano do Reitor Jorge Carpizo no México, 1986-1987”. *Esboços: Histórias em Contextos Globais*, v. 29, n. 51. Florianópolis: maio-ago. 2022, pp. 389-408. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/esbocos/article/view/84421/51506>

Escalante Gonzalbo, Pablo. “México Antigo”. Em: *Nova breve história ilustrada do México*. Cidade do México: El Colegio de México, 2008.

Escobar, Dalila. “O USMCA protege a soberania energética do México”, reitera AMLO. *Processo*, Cidade do México, 2022.

Feuer, Allan. “Ex-chefe de segurança do México condenado a 38 anos por suborno de cartel”. *New York Times*, Nova York, 2024.

Garavito Elías, Rosa. “O impeachment de AMLO, ou como nossa democracia incipiente estava em sério perigo”. *O Diário*, n. 132, julho-agosto, p. 17-25. Universidade Autônoma Metropolitana – Unidade Azcapotzalco, México, 2005. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/325/32513203.pdf>

Glockner, Fritz. *Memória Vermelha*. Cidade do México: Editorial Planeta, 2021.

Governo do México – Conselho Nacional de Avaliação da Política de Desenvolvimento Social (Coneval). “Pobreza no México”. Disponível em: <https://www.coneval.org.mx/Medicion/Paginas/PobrezaInicio.aspx>

Governo do México – Comissão Nacional do Salário Mínimo. “Evolução do salário mínimo. Índice do salário mínimo real”. Disponível em: <https://www.gob.mx/conasami/documentos/evolucion-do-salario-minimo>. Acesso em: 1 ago. 2025.

Governo do México – Instituto Nacional dos Povos Indígenas (INPI). “Começa a restituição de terras, territórios e água ao povo Yaqui”. Set. 2021. Disponível em: <https://www.gob.mx/inpi/articulos/plan-de-justicia-del-pueblo-yaqui-284974?idiom=es>

Governo do México – Instituto Nacional dos Povos Indígenas (INPI). “Planos de Justiça”. Disponível em: <https://www.inpi.gob.mx/planes-de-justicia/>. Acesso em: 1 ago. 2025.

Governo do México – Presidência da República. “Presidente apresenta plano para garantir a soberania alimentar e a autossuficiência com um investimento de quase 54 bilhões de pesos este ano”. 4 abr. 2025. Disponível em: <https://www.gob.mx/presidencia/prensa/presidenta-apresenta-plano-para-garantizar-la-soberania-y-la-autosuficiencia-alimentaria-com-una-inversion-de-cerca-de-54-mil-mdp-este-ano#:~:text=Como%20parte%20del%20Plan%20M%C3%A9xico,peque%C3%B1os%20y%20medianos%20productores%20y>

Governo do México. “Sembrando Vida Gazette”. 2019. Disponível em: <https://www.gob.mx/bienestar/sembrandovida>

Governo do México. Programas de Bem-Estar. “Colhendo Soberania”. Abr. 2025. Disponível em: <https://programasparaelbienestar.gob.mx/cosechando-soberania/>

González Casanova, Pablo. *O Estado e os partidos políticos no México*. Cidade do México: Era Editions, 1981.

Jiménez, Néstor e Arturo Sánchez Jiménez. “AMLO: Posição firme em relação ao milho geneticamente modificado”. *A Jornada*. Cidade do México, 2023. Disponível em: <https://www.jornada.com.mx/noticia/2023/02/16/economia/amlo-firme-postura-sobre-maiz-transgenico-3285>

López Obrador, Andrés Manuel. *Na metade do caminho*. Cidade do México: Editorial Planeta, 2021.

López Obrador, Andrés Manuel. *Obrigado!* Cidade do México: Editorial Planeta, 2024.

Matari, Pierre. “A Situação Política e Econômica do Quarto Governo de Transformação”. In: Fuentes, Diana e Modonesi, Massimo (orgs.) *Hegemonia e 4T, um debate gramsciano*. Cidade do México: Editorial Itaca, 2023.

Mendoza García, Jorge. “A Tortura no Contexto da Guerra Suja no México: Um Exercício de Memória Coletiva”. *Polis. Pesquisa e análise sociopolítica e psicossocial*, v. 7, n. 2. Cidade do México: UAM, 2011. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=5333572>

Modonessi, Massimo. “A Hegemonia do Centro Obradorista”. In: Fuentes, Diana e Modonesi, Massimo (eds.) *Hegemonia e 4T, um debate gramsciano*. Cidade do México: Editorial Itaca, 2023.

Pineda, César Enrique. “A Pátria que Depende de um Homem: Classes Subalternas, Populismo e Hegemonia na Era López Obrador”. In: *Hegemonia e 4T, um debate gramsciano*. Cidade do México: Editorial Itaca, 2023.

Pineda Gómez, Francisco. *Exército de Libertação 1915*. Cidade do México: Era Editions, 2013.

Quintanar, Hector Alejandro. “Regenerar contra quem? Os antagonismos políticos de Morena como elemento identitário em seu processo formativo”. *Consciência: Pensando em transformação*. Cidade do México: Instituto Nacional de Formação Política, n. 2, jan.-mar. 2022, p. 18-21.

Rede Mexicana de Atingidos pela Mineração – Rema. “A USMCA aprofunda o modelo de mineração extrativista”. México, 2020. Disponível em: <https://www.remamx.org/2020/07/comunicado-con-el-tmec-se-aprofunda-el-modelo-extractivo-minero/>

Romero, Alonso. “Reformas e Soberania”. *O Dia*. Cidade do México, 2025. Disponível em: <https://www.jornada.com.mx/2025/02/03/opinion/016a1pol>

Salmerón, Pedro. *Cem Perguntas Sobre a Revolução Mexicana*. Cidade do México: Brigada para Ler em Liberdade, 2014.

Sandoval Palacios, Juan Manuel. “O Nafta Renovado, a Segurança Regional e a Formação de um Exército Transnacional na América do Norte”. Em: *Do NAFTA ao USMCA, 26 anos de livre comércio*. Buenos Aires: Clacso, 2023.

Ministério do Interior do México – Comissão Nacional de Busca. “Versão Estatística RNPDO”. Disponível em: <https://versionpublicarnpdno.segob.gob.mx/Dashboard/ContextoGeneral>

Taibo, Paco Ignacio II. *Bolcheviques*. Cidade do México: Editorial Planeta, 2019.

Tello, Carlos. *Estado e desenvolvimento econômico: México 1920–2006*. Cidade do México: Universidade Nacional Autônoma do México, 2014.

Torres-Ruiz, René. “História do PRD: Ascensão, Desenvolvimento e Declínio de um Partido de Esquerda”. *Revista Mexicana de Estudos Eleitorais*, v. 5, n. 26, jul.-dez. Cidade do México, 2021. Disponível em: <https://rmee.org.mx/index.php/RMEstudiosElectores/article/view/385>

Entrevistas

Realizadas em maio de 2025 por Stephanie Weatherbee e Alina Duarte para esta publicação.

Rafael Barajas – Presidente do Instituto Nacional de Formação Política do Morena

Armando Bartra – Sociólogo e escritor; membro do Conselho Interno do Instituto Nacional de Formação Política do Morena.

Hector Díaz Polanco – Antropólogo e escritor; presidente do Comitê Estadual do Morena na Cidade do México.

Diana Fuentes – Filósofa, acadêmica da Universidade Autônoma Metropolitana e da Faculdade de Filosofia e Letras da Unam.

Citlalli Hernández – Secretária de Assuntos da Mulher na gestão da presidente Claudia Sheinbaum Pardo. Ex-secretária-geral do Morena.

Epigmenio Ibarra – Jornalista e produtor.

Teresa Rodríguez de la Vega – Socióloga, professora da Faculdade de Ciências Políticas da Unam.

Paco Ignacio Taibo II – Escritor e ativista do Morena; Diretor do Fundo de Cultura Econômica (FCE).



Atribuição-NãoComercial 4.0
Internacional (CC BY-NC 4.0)

Esta publicação está sob uma licença Creative Commons Attribution-Non-Commercial 4.0 International (CC BY-NC 4.0). O resumo legível da licença está disponível em <https://creativecommons.org/licenses/by-nc/4.0/>.





Instituto Tricontinental de Pesquisa Social
*é uma instituição internacional, organizada por
movimentos, com foco em estimular o debate intelectual
para o serviço das aspirações do povo.*

www.otricontinental.org

Instituto Tricontinental de Investigación Social
*es una institución promovida por los movimientos,
dedicada a estimular el debate intelectual al servicio de
las aspiraciones del pueblo.*

www.eltricontinental.org

Tricontinental: Institute for Social Research
*is an international, movement-driven institution
focused on stimulating intellectual debate that serves
people's aspirations.*

www.thetricontinental.org